

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação das atividades do Senado Federal

Ano III - Nº 487 - Brasília, sexta-feira, 20 de junho de 1997



CAE aprova rolagem de dívida mineira

A Comissão de Assuntos Econômicos (foto), reunida ontem, aprovou parecer favorável à rolagem da dívida mobiliária do estado de Minas Gerais com vencimento em julho e agosto. O exame do contrato entre o governo do Rio de Janeiro e a Caixa Econômica Federal foi adiado por pedido de vista coletiva. Página 4

Senado autoriza empréstimo para combate à pobreza no RS

Objetivo é evitar o êxodo rural com a melhoria das condições de vida e o aumento da renda de 112 mil pequenos agricultores. Projeto semelhante foi executado em outros estados

Jornal do Senado será tablóide a partir de segunda

A partir de segunda-feira o *Jornal do Senado* terá formato tablóide, utilizando equipamento e insumos disponíveis na Secretaria Especial de Editoração e Publicação (SEEP).

Além de reduzir os custos de produção, o novo formato permitirá mais espaço para a divulgação dos trabalhos do Senado Federal e dos senadores.

O *Jornal do Senado* será impresso em máquina rotativa, permitindo maior rapidez na distribuição e aumento da tiragem, de modo a atender a crescente demanda.

O plenário do Senado autorizou ontem o governo do Rio Grande do Sul a tomar um empréstimo de US\$ 100 milhões junto ao Banco Mundial, com garantia da União, para o Pró-Rural 2000, um programa destinado a melhorar as condições de vida de 112 mil pequenos agricultores, aumentar a renda de 98 mil famílias e evitar o êxodo rural.

O relator do projeto de resolução, senador Pedro Simon (PMDB-RS), afirmou que a proposta é da maior importância para o estado, pois objeti-

va aliviar a pobreza com programas de eletrificação rural, abastecimento de água, compra de animais, instalação de agroindústrias, irrigação, construção de estradas rurais e cursos de treinamento profissional. "Projetos parecidos foram executados no Paraná, em Santa Catarina e na Bahia, com excelentes resultados", disse.

No total, o Pró-Rural 2000 exigirá investimentos de US\$ 208,8 milhões, sendo US\$ 108,8 milhões bancados pelo governo gaúcho e pelos muni-

cípios beneficiados.

O senador José Eduardo Dutra (PT-SE), líder do Bloco Oposição, absteve-se de votar, alegando que o governo do Rio Grande do Sul se encontrava inadimplente com um banco privado. Pedro Simon esclareceu que a dívida será paga pelo governo estadual assim que assinar com a Caixa Econômica Federal o contrato de reestruturação financeira do Rio Grande do Sul. O senador Lauro Campos (PT-DF), crítico de qualquer empréstimo externo, votou contra.

NESTA EDIÇÃO

Mercosul será debatido em seminário

Página 2

Ronaldo prevê economia com mudanças

Caso proposta de reestruturação seja aprovada, folha de pagamento será reduzida, garante o senador. Página 3

Otoniel pede mais incentivo para o campo

Página 4

Senado promove seminário sobre Mercosul

Servidores da Casa e pessoas interessadas em informações básicas a respeito do mercado comum sul-americano podem se inscrever para o evento, que começa nesta segunda-feira

O Senado Federal, através do Instituto Legislativo Brasileiro, inicia na segunda-feira (dia 23), a partir das 15h, o seminário *Mercosul - Introdução e novos desenvolvimentos*. O seminário, destinado aos servidores da Casa e demais interessados, objetiva fornecer informações básicas sobre os antecedentes, criação, evolução, consolidação, desdobramentos e perspectivas do Mercosul.

A palestra de abertura será proferida pela consultora legislativa do Senado Maria Cláudia Drummond, que

também é assessora técnica da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul.

Na terça-feira (dia 24), o seminário terá continuidade com a palestra "Mercosul: desdobramentos e perspectivas", tendo como expositor o chefe do Departamento de Integração Latino-Americana do Ministério das Relações Exteriores, ministro Renato Marques.

As palestras serão realizadas na sala 2 da Ala Senador Nilo Coelho, do Senado Federal, e as inscrições poderão ser feitas pelo telefone 311-1497 e pelo fax 311-1393.

Campos quer rigor contra torturadores de menores

O senador Júlio Campos (PFL-MT) encaminhou projeto que restaura vigência de dispositivo do Estatuto da Criança e do Adolescente que prevê



Júlio Campos

penas para os torturadores de menores, na lei que dá previsão legal ao crime de tortura. Segundo o senador, essa lei "aumentou as penas para a tortura simples e para a tortura qualificada por le-

ção corporal, grave ou gravíssima, mas reduziu as penas para a tortura qualificada por morte".

No entender de Júlio Campos, "justamente no momento em que a sociedade mais espera leis duras contra torturadores, não faz sentido abrandarem-se essas penas quando a tortura resulta em sua consequência mais grave".

Agenda do Dia

PRESIDENTE

Senador Antonio Carlos Magalhães

9h - Preside Sessão Não Deliberativa do Senado

PLENÁRIO

9h - Sessão Não Deliberativa do Senado

PREVISÃO DE TRABALHOS

PLENÁRIO

Segunda-feira (23.06.97)

14h30 - Sessão Não Deliberativa do Senado

Terça-feira (24.06.97)

14h30 - Sessão Deliberativa do Senado

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: Discussão em turno único do ***PLC nº 114/95**, que dispõe sobre a manutenção de empregados em convênios médicos; e do ***PLC nº 45/96**, que acrescenta inciso ao art. 473 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT (permissão para que o empregado deixe de comparecer ao serviço se estiver prestando vestibular).

Quarta-feira (25.06.97)

14h30 - Sessão Deliberativa do Senado

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: ***PLC nº 204/93**, que acrescenta parágrafos ao art. 6º da Lei nº 605/49, que dispõe sobre repouso semanal remunerado; ***Projeto de Resolução nº 42/97**, que estabelece a composição e a infraestrutura dos gabinetes do Senado Federal (tramitando em conjunto com o ***Projeto de Resolução nº 119/95**, que dispõe sobre os gabinetes dos senadores).

Quinta-feira (26.06.97)

11h - Sessão especial em homenagem aos 300 anos de morte do orador e escritor Padre Antônio Vieira.

14h30 - Sessão Deliberativa do Senado

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: ***PLC nº 1/97**, que altera dispositivos da Lei nº 8.212/91, que dispõe sobre a organização da Seguridade Social e institui Plano de Custeio; e ***PLS nº 157/96 - Complementar**, que veda a contratação por entes públicos dos serviços que menciona.

Sexta-feira (27.06.97)

9h - Sessão Não Deliberativa do Senado

COMISSÕES

ESPECIAL

Segunda-feira (23.06.97)

15h - Seminário: Mercosul - Introdução e novos desenvolvimentos

Pauta: Palestra: Mercosul: antecedentes, criação e consolidação. Expositora: consultora legislativa do Senado Maria Cláudia Drummond. *Sala 02 - Ala Senador Nilo Coelho*

Terça-feira (24.06.97)

15h - Seminário: Mercosul - Introdução e novos desenvolvimentos

Pauta: Palestra: Mercosul: desdobramentos e perspectivas. Expositor: chefe do Departamento de Integração Latino-Americana do Ministério das Relações Exteriores, ministro Renato Marques. *Sala 02 - Ala Senador Nilo Coelho*

Suplicy elogia adesões ao "balanço social"

A proposta de adoção do chamado "balanço social" para empresas de capital aberto foi destacada ontem pelo senador Eduardo Suplicy (PT-SP) como "um passo importante para que o Brasil possa decidir como distribuir melhor a riqueza ao nível de cada comunidade".

A idéia do balanço é do senador e ganhou a adesão da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), que, desde quarta-feira, colocou em audiência pública uma instrução normativa recomendando a apresentação do balanço social, juntamente com as Informações Anuais (IAn) deste ano, que serão encaminhadas pelas empresas à CVM em maio de 1998, informou Suplicy.

O senador elogiou também o jornal *Gazeta Mercantil*, que se associou à iniciativa da CVM publicando um caderno especial sobre o assunto também quarta-feira. Projeto semelhante, de autoria das deputadas Maria da Conceição Tavares, Marta Suplicy e Sandra Starling, já tramita na Câmara dos Deputados, salientou.

A proposta da CVM, conforme informou Suplicy, foi elaborada a partir de modelo de balanço social sugerido pelo Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase), dirigido por Herbert de Souza, o Betinho. Na instrução normativa, a CVM apresentou um demonstrativo do balanço social resumido em quatro quadros, acrescentou o senador.

No primeiro as empresas incluiriam faturamento bruto, lucro operacional e folha de pagamento bruto; no segundo, "indicadores laboriais", ou seja, custos da empresa com alimentação, contribuições sociais compulsórias, previdência privada, saúde, educação e outros benefícios; no terceiro, "indicadores sociais", como impostos, contribuições para a sociedade e investimentos em cidadania e meio ambiente; finalmente, "indicadores do corpo funcional", com número de empregados e de admissões.



O discurso de Ronaldo foi apoiado pelo presidente Antonio Carlos, ao lado do vice Geraldo Melo

Ronaldo desmente jornais e prevê redução de despesas

Reestruturação administrativa do Senado economizará mais de R\$ 500 mil em salários, caso parecer do primeiro-secretário seja aprovado

O senador Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB) anunciou ontem em plenário que, ao contrário do noticiário de alguns jornais, não é o autor do projeto de resolução criando dois cargos comissionados para cada gabinete. O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, à frente da sessão, reiterou sua posição contrária ao projeto e louvou a iniciativa de Ronaldo em discutir o assunto em plenário.

O primeiro-secretário do Senado esclareceu que a idéia de proporcionar mais dois assessores para cada gabinete data de 1995 e foi da Fundação Getúlio Vargas (FGV), contratada pela Mesa Diretora anterior para elaborar um projeto de reestruturação administrativa da Casa. Ele lembrou que na raiz dessa idéia está a necessidade de garantir maior agili-

dade e flexibilidade à atividade parlamentar.

Na atual Mesa, Ronaldo Cunha Lima foi designado relator do projeto e, conforme explicou, o substitutivo por ele oferecido foi aprovado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e pela própria Mesa. O senador disse que propôs, com base no estudo da FGV, a extinção de 679 cargos efetivos e 1.037 funções comissionadas e a criação de dois cargos em comissão, de livre nomeação, para cada gabinete.

Caso seu parecer seja aprovado, explicou, a folha de pagamento de pessoal do Senado será imediatamente reduzida em R\$ 535 mil 647,27, diminuindo de 18 para 14 o número de funcionários em cada gabinete. Ronaldo Cunha Lima também disse que, em

seu parecer, acatou algumas sugestões da CCJ, mas rejeitou a que transformava chefes e subchefes de gabinete em cargos comissionados de livre indicação dos senadores.

O senador afirmou que seu parecer atende plenamente às recomendações da Mesa em favor de medidas moralizadoras, como a redução de despesas e o controle rigoroso dos gastos do Senado. "Minha preocupação era e é nesse sentido", afirmou. Ele disse ainda que o projeto da FGV continha outras hipóteses que não foram acatadas e defendeu seu parecer: "Sustento que a Casa terá economia reduzindo cargos efetivos. É preciso que a sociedade saiba que não estamos fazendo nenhum trem da alegria e que estamos reestruturando a Casa conforme projeto da FGV".

Freitas homenageia Joca Claudino

Em registro feito no plenário ontem, o senador Freitas Neto (PFL-PI) homenageou João Claudino Sobrinho, conhecido como Joca Claudino, que faleceu no último dia 15.

Nascido em 1899 em

Uiraúna, Joca Claudino começou a trabalhar na fazenda dos pais e morreu como fundador do Grupo Claudino, "um dos mais importantes grupos econômicos do Nordeste, que proporciona mais de 12 mil empregos diretos".

A partir de 1968, através de dois de seus filhos, Joca Claudino instalou em Teresina o Armazém Paraíba, de onde o Grupo Claudino diversificou suas atividades em 13 outras empresas, lembrou Freitas Neto.



A Comissão de Assuntos Econômicos resolveu adiar votação de empréstimo para o estado do Rio

CAE aprova rolagem de parte da dívida de Minas

Limitação se deve a informações de que o governo do estado gasta com pessoal 72% do orçamento líquido, descumprindo a Lei Rita Camata

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem parecer favorável à rolagem da dívida mobiliária de Minas Gerais com vencimento em 1º e 15 de julho e 1º de agosto deste ano. A solicitação inicial do governo mineiro pretendia abranger 98% do giro da dívida de todo o segundo semestre de 1997. O giro será feito mediante a emissão de Letras Financeiras do Tesouro estadual.

A limitação da rolagem da dívida às três primeiras quinzenas do semestre foi sugerida pelo senador Esperidião Amin (PPB-SC) e acolhida pela CAE. Ele se baseou em informações contidas no relatório do Banco Central, segundo as quais o governo de Minas está gastando, em média, com pessoal, 72% de seu or-

camento líquido, descumprindo, conforme frisou, a Lei Rita Camata.

Relatada pelo senador Francelino Pereira (PFL-MG), cujo parecer foi lido pelo senador Waldeck Ornelas (PFL-BA), a matéria será ainda votada pelo plenário do Senado.

BANERJ

O presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, José Serra (PSDB-SP), concedeu vista coletiva do parecer de Ney Suassuna (PMDB-PB) à mensagem presidencial que submete ao Senado o contrato firmado entre a Caixa Econômica Federal e o estado do Rio Janeiro, no valor de R\$ 3,8 milhões. De acordo com o parecer, os recursos serão empregados para saldar dívidas do Instituto de Previdência do Banerj, com vistas à privatiza-

ção do banco.

O senador Roberto Requião (PMDB-PR) alegou que o processo estava "desinformado". Além de não conter o balanço do orçamento do estado em 96, Requião ponderou que a mensagem não poderia ser discutida "e muito menos aprovada", porque o próprio Tesouro Nacional havia admitido que o Rio de Janeiro não teria condições de pagar a dívida.

Presente à reunião, o secretário de Fazenda do Rio, Marco Aurélio Alencar, foi convidado por Serra a fazer parte da mesa, para expor sobre o processo de privatização do Banerj e a solicitação do empréstimo. O pedido de vista, inicialmente solicitado por Abdias Nascimento (PDT-RJ), recebeu a adesão dos demais senadores.

jam incorporados detalhes técnicos sugeridos pelo senador José Serra (PSDB-SP) no voto em separado que este ofereceu à matéria.

Autor do projeto, o senador Esperidião Amin argumenta que o fundo se constituirá em instrumento de crédito fundiário de caráter rotativo, que possibilitará aos trabalhadores rurais sem terra a aquisição de uma propriedade de até 30 hectares. Se aprovado, poderá beneficiar todos os possi-

ros, arrendatários, parceiros e filhos de produtores que tenham, no mínimo, cinco anos de experiência com a atividade agropecuária, acrescenta o senador.

Por sugestão do presidente da CAE, senador José Serra (PSDB-SP), foi aprovado convite para que o ministro da Reforma Agrária, Raul Jungmann, compareça à próxima reunião da comissão para falar sobre os projetos do governo para o setor.

Otoniel pede mais incentivo para o campo

O senador Otoniel Machado (PMDB-GO) disse ontem que o plano de safra 97/98, divulgado pelo governo federal, é uma boa notícia para o setor agropecuário, "mas ainda não é a resposta adequada a uma atividade econômica que, além de sustentar o Plano Real, é a única a apresentar superávit na balança comercial".



Otoniel

De acordo com Otoniel, os R\$ 8,5 bilhões anunciados para financiar a próxima safra agrícola representam um aumento de 37% em relação ao volume liberado no ano passado. "Entretanto, ainda são insuficientes para um setor cuja produção está avaliada em torno de R\$ 100 bilhões", prosseguiu.

Para o senador, outra boa notícia para o campo foi a redução das taxas de juros - de 12% para 9,5% - para custeio e financiamentos. "Em termos nominais, os juros caíram, mas é preciso entender que essas taxas ainda são 35% superiores à inflação prevista para os próximos 12 meses."

Em aparte, o senador João Rocha (PFL-TO) considerou que o governo federal começa a entender a importância da agroindústria e assinalou que 37% das exportações brasileiras vêm dessa atividade, totalizando US\$ 18 bilhões.

Emília intercede em favor de deficientes

Ministro da Previdência é instado a explicar declaração em jornal anunciando fim do benefício que, segundo a senadora, assegura a sobrevivência de muitos pensionistas



Carlos Bezerra

Bezerra aplaude obra em rodovia

O senador Carlos Bezerra (PMDB-MT) informou ao plenário que foram iniciadas quarta-feira as obras de asfaltamento da rodovia que liga Cuiabá (MT) a Santarém (PA). "A importância dessa rodovia pode ser comparada à construção da Belém-Brasília. Ela equivale a um programa de desenvolvimento regional", disse.

O governo federal garantiu que serão asfaltados, até o ano que vem, os primeiros 375 quilômetros da rodovia, partindo de Cuiabá. Ao mesmo tempo, serão recuperados os outros 700 quilômetros, permitindo o transporte de safras, sem problemas. A Cuiabá-Santarém, de 1.075 quilômetros, atravessa os estados de Mato Grosso e Pará, no sentido norte-sul.

O início das obras de asfaltamento foi marcado por uma solenidade em Santarém, com a presença dos governadores dos dois estados, do ministro dos Transportes e dos senadores Jader Barbalho (PMDB-PA), Coutinho Jorge (PSDB-PA) e do próprio Carlos Bezerra.

Assim que a rodovia permitir tráfego normal, conforme Carlos Bezerra, haverá uma redução de R\$ 2 em cada saca de soja exportada da região. Hoje, a produção de cereais de Mato Grosso é escoada pelo porto de Paranaguá (PR). Com a rodovia, haverá interligação com a hidrovía Teles Pires-Tapajós, o que possibilitará a exportação de produtos agrícolas pela foz do Amazonas.

A senadora Emília Fernandes (PTB-RS) pediu uma explicação do ministro da Previdência, Reinhold Stephanes, sobre notícia publicada pelo jornal *Correio Braziliense*, na edição de 13 de maio, dando conta de que "milhares de portadores de deficiência e idosos com 70 anos ou mais deixarão de receber este ano o Benefício da Prestação Continuada (BPC)".

Emília afirmou que os portadores de deficiência não podem ser privados de receber esses recursos que, apesar de mínimos, asseguram a sobrevivência da maioria deles. Emília registrou a realização do 3º Encontro da Frente Nacional de



Emília Fernandes

Parlamentares e Executivos Portadores de Deficiência, nos dias 4 e 5 passados, em Brasília. Segundo informou, a frente levou ao ministro da Justiça, Iris Rezende, um apelo para que ele seja o porta-voz das reivindicações dos portadores de deficiência junto ao governo federal.

A senadora lembrou que foi

entregue ao ministro um documento com as reivindicações da categoria, entre elas a "necessidade urgente" de dar à Coordenadoria Nacional de Integração para a Pessoa Portadora de Deficiência (Corde) o papel de órgão articulador da política nacional para o setor, transformando-a, inclusive, em Conselho Nacional dos Direitos dos Portadores de Deficiência.

Segunda Emília Fernandes, a frente congrega prefeitos, vereadores e deputados de vários estados, com o objetivo de lutar de forma unificada na busca de soluções para os graves problemas da população portadora de deficiência.

Melo espera novo órgão para substituir o Inan

O senador Geraldo Melo (PSDB-RN) manifestou ontem esperança de que as responsabilidades e atribuições do Inan (Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição), extinto recentemente, serão transferidas para outro órgão, com o argumento de que a fome continua sendo um problema crucial para o Brasil.

Geraldo Melo reconheceu "o espírito e desejo de acertar do presidente da República, e a seriedade do ministro da Saúde", observando que não pretendia entrar no mérito da decisão que resultou também na extinção da Ceme (Central de Medicamentos) e da

Sunab.

O senador elogiou a administração de Lauro Bezerra à frente do Inan, assinalando que "o último presidente da instituição realizou um grande trabalho".



Geraldo Melo

- A gente só sabe se uma vida foi boa quando ela termina. O trabalho de Lauro Bezerra terminou com o encerramento do Inan, e quero parabenizar

esse norte-rio-grandense e irmão do senador Fernando Bezerra - disse Geraldo Melo, acrescentando que "a integridade, seriedade, honradez, austeridade e eficiência sempre fizeram a marca registrada" de seu conterrâneo.

Suplicy elogia reconhecimento de ministro

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) registrou ontem que o ministro do Exército, general Zenildo de Lucena, reconhe-



Suplicy

ceu a autoria do jornalista Henrique Polopovsky na mudança de nome do Ministério da Guerra para Ministério do Exército.

Suplicy leu a carta enviada pelo ministro ao jornalista, na qual ele afirma que "sempre que o argumento é genuíno e consistente, é arrematador e, invariavelmente, provoca mudanças". No texto, o ministro também diz que "o compromisso com a verdade revela o grande jornalista".

O senador lembrou que, há um mês, alertou em plenário para a necessidade de reconhecimento à idéia do jornalista, e mencionou também o fato de que o Ministério do Exército rendeu "a merecida homenagem àquele que lançou a sentença".

Rocha propõe que o Estado reverta danos de Jari ao Amapá

Para senador, projeto "desorganizou e perverteu a produção camponesa amapaense" e o governo deve investir para erradicar a miséria na região



Pedro Simon

Simon sugere que José Rainha seja julgado em Vitória

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) fez um apelo ontem para que os advogados de defesa peçam o desaforamento, para Vitória, do processo do líder dos sem-terra, José Rainha, com vistas ao segundo júri. Na opinião do senador, a transferência do julgamento de Rainha, do município de Pedro Canário (ES) para a capital, proporcionaria um julgamento dentro de um clima de serenidade e tranquilidade e não de paixão.

O senador disse que não entendeu por que o juiz da cidade de Pedro Canário ou o Tribunal de Justiça do Espírito Santo não desaforaram esse processo antes do primeiro julgamento, no qual Rainha foi condenado a 26 anos.

Pedro Simon considerou que "não foram felizes" as manifestações dos líderes da oposição e dos líderes dos trabalhadores sem-terra a favor de José Rainha durante o seu julgamento na cidade de Pedro Canário. Essas manifestações, na opinião de Simon, mobilizaram, radicalizaram, apaixonaram ainda mais as discussões sobre o julgamento.

Em aparte, Geraldo Melo (PSDB-RN) disse que a Justiça comum é um instrumento fundamental para a democracia. Eduardo Suplicy (PT-SP) elogiou "a ponderação e o equilíbrio" das palavras de Simon.

O senador Sebastião Rocha (PDT-AP) disse ontem que a atuação do projeto Jari no Amapá "desorganizou e perverteu a produção camponesa amapaense, com o processo de expropriação a que foi submetida". Em sua opinião, o objetivo principal da empresa nunca foi a solução dos problemas sociais da região, apesar de cerca de 15 a 20% da população dos municípios de Laranjal do Jari e de Vitória do Jari serem trabalhadores do projeto.

Com isso, o Amapá perdeu mais que muitos dos estados brasileiros. Perdeu pela expropriação das suas riquezas naturais e perdeu também pela desorganização da sua economia. O projeto Jari, após longos anos, não conseguiu reverter sua magnitude em prol do Amapá - argumentou o senador.

Por isso, Sebastião Rocha entende que, por uma questão

de justiça, o Estado brasileiro tem que promover ações e investimentos que visem "a reverter o quadro de pobreza absoluta herdado da atuação do capital estrangeiro na região". Ele cobrou do governo federal uma ação efetiva para "reverter a situação de pobreza e desesperança do estado".

Em nome daquela gente, invoco o respeito nacional e a firme vontade para atender o apelo de todos aqueles que esperam que o Brasil lhes dê as vistas e as mãos para tirá-los da miséria, da ameaça, do retrocesso a que estão submetidos e da condenação ao fracasso.

Sebastião Rocha argumentou que, "para conquistar um futuro que seja imagem e semelhança da grandeza deste país, é preciso que os nossos governantes estejam pelo menos à altura da dimensão desta imensa terra brasileira".



Sebastião Rocha



Jonas Pinheiro

Jonas defende a isenção de ICMS em MT

O senador Jonas Pinheiro (PFL-MT) protestou contra a decisão do governo de Mato Grosso de suspender a isenção de cobrança do ICMS sobre a comercialização interna de insumos agropecuários, a partir de 1º de julho deste ano. A seu ver, essa decisão irá provocar uma elevação nos custos de produção das explorações agrícolas no estado, "no momento em que o setor busca recuperar-se da grave crise por que vem passando".

Jonas Pinheiro manifestou sua preocupação pelo fato de que a comercialização de sementes e demais insumos agropecuários, dentro do estado de Mato Grosso, a partir de 1º de julho, será tributada em 17%, enquanto que os provenientes de outros estados da região Centro-Oeste são tributados em 6%.

■ Republicado por incorreção no título da edição de ontem

Ganha apoio construção de eclusas no Araguaia-Tocantins, diz Ademir

Vinte secretários estaduais de Transportes e sete representantes que integraram o Fórum dos Secretários Estaduais de Transportes, realizado no Pará, convenceram-se da necessidade de construir as eclusas que permitirão viabilizar a Hidrovia Araguaia-Tocantins, registrou ontem o senador Ademir Andrade (PSB-PA). Segundo disse, em visita dos secretários à hidrelétrica de Tucuruí, ficou patente a importância de garantir a na-

vegabilidade dos 4.800 quilômetros da hidrovia.

Ademir observou que, na época da construção da primeira etapa da hidrelétrica, o governo federal não reconheceu a relevância das eclusas para diminuir os custos com fretes na região e facilitar a exportação dos produtos agrícolas produzidos no Centro-Oeste.

Conforme o senador, com a perspectiva de construção da segunda etapa da hidrelétrica, "os meios políticos começam a mobilizar-se para que ela



Ademir Andrade

não seja implementada sem as eclusas". Nesse sentido, a importância do fórum, a seu ver, foi a de sensibilizar os representantes de outros estados para uma prioridade da região Norte.

Tebet: MS exige compensação por hidrelétrica

Usina de Porto Primavera inundará 200 mil hectares de terras férteis em oito municípios de Mato Grosso do Sul. Senador cobra da Cesp mesmo tratamento dado aos paulistas prejudicados



Elcio Alvares e Gerson Camata acompanharam vereadores capixabas no encontro com ACM



Edison Lobão

Lobão propõe recursos a novos municípios

Projeto apresentado ontem pelo senador Edison Lobão (PFL-MA) assegura a destinação de recursos do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) aos municípios recém-criados e aos que tiveram seus territórios desmembrados para a criação de cidades.

O senador argumenta que os atuais critérios de distribuição do FPM não só excluem os novos municípios, mas também prejudicam os municípios que cederam habitantes para novas unidades municipais.

Lobão lembrou que a grande maioria dos municípios é dependente das cotas que recebe do FPM e afirmou que seu projeto "faz justiça aos municípios recém-criados, sem negligenciar o amparo devido àquelas entidades que, perdendo parte de seu território e de sua população por força dos desmembramentos, não têm condições de se submeter a perdas abruptas de recursos".

Municípios capixabas querem ser incluídos na área da Sudene

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, recebeu em audiência na tarde de ontem delegação de vereadores do Espírito Santo, que lhe entregaram cópia da *Carta do Norte*, documento em que 25 municípios capixabas pedem ao presidente da República a sua inclusão na área da Sudene. Eles estavam acompanhados do senador Gerson Camata (PMDB-ES) e do líder do governo, Elcio Alvares (PFL-ES).

Antonio Carlos demonstrou receptividade à reivindicação, tendo sido informado de que toda a região ao norte do rio

Doce, fronteira com a Bahia, vem apresentando índices pluviométricos inferiores aos verificados no próprio Nordeste.

Os vereadores explicaram que municípios do norte de Minas Gerais, por razões idênticas, já foram beneficiados pela medida. Segundo o documento, "o resultado dessa seca, se não forem tomadas medidas urgentes, serão os mesmos desastres sociais que se verificam em qualquer outra região dessassistida, como a quebra de pequenos e médios agricultores, o alastramento da miséria e o conseqüente êxodo rural, acirrando ainda mais os problemas dos grandes centros".

Projeto de Lauro restringe uso de celular em locais públicos

O senador Lauro Campos (PT-DF) apresentou projeto de lei que proíbe o uso de aparelhos de telefonia celular em ambientes públicos como teatros, cinemas, salas de concertos, salões de conferência, salas de aula, auditórios e templos religiosos. Pelo projeto, lei municipal poderá ampliar ou restringir a abrangência dessa proibição, adequando-a às peculiaridades locais e prevendo sanções ao seu descumprimento. Para a

obediência à lei, o aparelho de telefonia celular poderá ser retirado.

A proposição estabelece ainda que o Departamento Nacional de Combustíveis poderá determinar restrições ao uso de aparelhos de telefonia celular em locais de armazenamento ou venda de combustíveis, ou em suas imediações, e que o Ministério da Aeronáutica poderá fazer o mesmo em aeroportos ou imediações.



Lauro Campos

O senador Ramez Tebet (PMDB-MS) disse ontem que reportagem do *Jornal Nacional* de quarta-feira (dia 18) demonstrou os prejuízos "incalculáveis" que a hidrelétrica de Porto Primavera causará a Mato Grosso do Sul. Segundo ele, a reportagem mostrou que a usina, cujas comportas deverão ser abertas em maio do ano que vem, prejudicará 150 mil habitantes que residem às margens do rio Paraná no território sul-matogrossense.

De acordo com Tebet, 200 mil hectares de terras férteis e agricultáveis ficarão submersas em Mato Grosso do Sul, atingindo oito municípios,

"sem que haja qualquer compensação por parte do maior estado da Federação, que é São Paulo". O senador cobrou da Centrais Elétricas de São Paulo (Cesp) que honre os compromissos firmados de compensar os prejuízos causados ao estado, "pois até agora só propuseram compensações irrisórias".

- O que Mato Grosso do Sul quer é igualdade de condições ao tratamento que será oferecido aos paulistas que também serão prejudicados. Não é justo ver prosperidade de um lado do rio e pobreza do outro - afirmou.

Em apartes, os senadores Epitácio Cafeteira (PPB-MA), Jefferson Peres (PSDB-AM) e Romeu Tuma (PFL-SP) elogiaram o pronunciamento.



Tebet

Suassuna estranha aumento muito superior à inflação

Índice acumulado desde julho de 1994, na criação do real, foi de 65%, segundo o senador, mas telefones subiram 170% e ônibus 90%

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) criticou ontem os aumentos das tarifas públicas e pediu explicações às autoridades econômicas sobre as razões pelas quais "somente os preços de serviços como telefone, água, transporte e esgoto continuam a crescer como se ainda existisse a indexação". Na sua opinião, a medida revela "uma linha equivocada de ação do governo".

Segundo o senador, o suces-



Ney Suassuna

so do Plano Real na manutenção de baixos índices de inflação "torna inexplicável e injustificável o aumento acentuado que vêm sofrendo as tarifas públicas". Conforme informou, a inflação, desde julho de 1994, não passou de 65%, e no mesmo período as tarifas telefônicas subiram 170% e as dos transportes públicos, 90%.

Para Ney Suassuna, as tarifas estavam com preços defasados, mas "a atualização dos

valores dos serviços públicos poderia ter sido feita mais progressivamente". O senador atribuiu esse aumento à realização das eleições em 1998. No seu entender, o governo teria antecipado os reajustes para não realizá-los no próximo ano.

Na opinião de Suassuna, os aumentos "atingem mais duramente" as camadas de menor renda, que possuem menos reservas para pagamento de contas de água e telefone, além do gasto diário com transporte.

Abdias lembra dois escritores afro-brasileiros

O senador Abdias Nascimento (PDT-RJ) homenageou ontem o poeta abolicionista Luís Gama e o escritor Machado de Assis. "dois afro-brasileiros que marcaram de forma definitiva a vida nacional, influenciando as gerações com o exemplo de suas trajetórias de vida, apesar de tão díspares."



Abdias

Abdias Nascimento, apesar de louvar a obra de Machado de Assis, "cuja importância para a cultura brasileira não se pode ofuscar", lembrou que o escritor sofreu várias críticas de seus contemporâneos, quanto à sua postura de aparente indiferença pelo movimento abolicionista. "Raras foram as oportunidades em que Machado de Assis demonstrou simpatia pela causa de seus irmãos escravizados."

Bem diferente, de acordo com o senador, foi a trajetória de Luís Gama, que abalou a unanimidade em torno dos rígidos cânones literários europeus vigentes na época e conseguiu a alforria para mais de 500 escravos. "Ele ironizou os rídiculos da Corte e das elites, que tanto influíram e influem em nossas vidas", disse Abdias Nascimento.



ACM RECEBE DIRIGENTE DO JORNAL DO BRASIL

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, recebeu ontem o presidente do conselho editorial do *Jornal do Brasil*, José Antonio

Nascimento Brito, em visita de cortesia, acompanhado da diretora da sucursal do jornal em Brasília, Cláudia Safatle Neto.

A SESSÃO DE ONTEM DO SENADO FEDERAL FOI PRESIDIDA PELOS SENADORES ANTONIO CARLOS MAGALHÃES, GERALDO MELO E RONALDO CUNHA LIMA

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães - **1º Vice-Presidente:** Geraldo Melo
2º Vice-Presidente: Júnia Marise - **1º Secretário:** Ronaldo Cunha Lima
2º Secretário: Carlos Patrocínio - **3º Secretário:** Flaviano Melo
4º Secretário: Lucídio Portella

Suplentes de Secretário: Emília Fernandes - Lúdio Coelho - Joel de Hollanda - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agacieli da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Senado na Internet - <http://www.senado.gov.br>

O *Jornal do Senado* é distribuído também nos vãos da Vasp, Varig, Transbrasil e Líder que saem de Brasília

Jornal do Senado

Órgão do Senado Federal (Ato da Comissão Diretora nº 20, de 1996)
- Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 15º e 16º andares, CEP 70165-920 - **Telefones:** (061) 311-3331 - 311-3333 - 311-3335 e Fax: 311-3137 - Brasília - DF

Diretor da Secretaria de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Divulgação e Integração - Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado - Flávio de Mattos

Diretor da Agência Senado - José do Carmo Andrade

Editores - Djalba Lima, Edson de Almeida e José Humberto Mancuso

Diagramação - Sérgio Luiz, Wesley Carvalho e Osmar Miranda

Fotos - Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Jane Araújo e Júlio Essuy

Revisão - Lindolfo Amaral, Fernando Varela e João Ribeiro

Veja no Diário do Senado a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.